

## NA COBERTURA DA RETAGUARDA: MULHERES ANGOLANAS NA LUTA ANTICOLONIAL\*

Dayane Augusta Santos da Silva  

Instituto Federal de Brasília

**M**amã Domingas Antonio Kizembe, que não se lembra o ano do nascimento, explica que no tempo no colono, em 1961, período de início da luta armada em Angola, estava com 18 anos de idade.<sup>1</sup> Com seu pai, na região do Cage (Mazumbo), trabalhava com “os tropas”, fazendo magia, como forma de proteger aqueles que iam na linha de frente da guerrilha, para “não pegar bala”. Naquele tempo, por ser uma moça virgem, relata que as tropas passavam por baixo de sua perna, comiam o capim que ela retirava com as mãos com azeite de palma: “entra aqui [por debaixo da perna] e sai por trás, leva a arma e não olha mais”. Perguntada sobre o tipo de feitiço que fazia naquela altura com seu pai, explica que andava no capim, tirava folhas, pisava, torava com carne fresca, de caça. Matava a carne e depois fritava. Narra: “capim, pisa a banana, naquele tempo chamada muchimbua, aquele não tá bem rijo, pisa então [...] para toda a gente”. Segundo Mamã Domingas, “o capim começava a fazer bola, a bola era o funje. [...] Então começava a comer aí, tás a ver?”. Passado o processo, as tropas estavam preparadas.

Com o pai, na zona da primeira região militar do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cantava, dançava e participava

---

\* Sou muito grata a Anderson Oliva pela orientação, comentários, correções, sugestões e relevantes contribuições. Agradeço o apoio do Instituto Federal de Brasília que, ao longo de quase quatro anos, com licença remunerada, por meio de edital de seleção interna para concessão de afastamento para participação de servidores em cursos de pós-graduação, financiou a pesquisa. Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que, por dois meses, custeou esta pesquisa até que eu abrisse mão da bolsa. À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), agradeço a bolsa que financiou a primeira visita técnica que fiz a Luanda.

1 Domingas Antonio Kizembe, *Entrevista concedida a Geração 80*, Angola, 2010.

dos batuques. Relata: “nós fazia o feitiço com nosso pai”. Enviavam carnes às tropas, faziam ofertas, mandavam roupas e auxiliavam as tropas com o que existia ali em potencial. Aqui, começa a história da logística de guerra do período de luta anticolonial.

É evidente que essa narrativa não nos apresenta, tal como está escrita, as referências presentes no imaginário nacional de guerra no período de luta anticolonial: do espírito guerrilheiro abnegado, com pince-ladas heroicizantes, disposto a correr todos os riscos pelo triunfo de uma causa. Contudo, não deixa de ser revelador da existência de um certo conjunto estratégico de táticas não convencionais de guerrilhas usadas em Angola por suas gentes. O cotidiano da guerrilha não seria preenchido apenas com ataques armados e contra-ataques. O relacionamento com as populações, assim como toda uma série de outras atividades que se apartavam das ações militares foram mobilizadas como forma de garantir a participação dos/as populares.

Neste artigo, busco refletir sobre o papel das mulheres que participaram da luta de libertação angolana. Trata-se de texto que mergulha na experiência, percepções e memórias de mulheres anônimas, e visa captar os reflexos da guerra no cotidiano. Aqui, a história contada por essas mulheres serve como fio condutor para analisar a conjuntura política que se formava no contexto da luta armada em Angola. O que se propõe é um exercício que destaca, enfatiza e prioriza uma história (ou histórias) – por vezes – aparentemente irrelevante, entrelaçada com temas centrais da época.

E, ainda que algumas dessas memórias surjam, muitas vezes, refletidas na experiência dos trabalhos realizados durante o período da guerra civil, posterior à guerra de independência, mantive-as quando assim acreditei serem derivadas e desdobradas das estruturas formadas nos longos treze anos de guerra de libertação. As experiências dessas mulheres, mas também aquilo que sabemos a partir do que seus pais contaram, na maioria das vezes, surgem marcadas “por uma certa dose de reconstrução retrospectiva em função dos interesses em jogo no

presente”.<sup>2</sup> Como Christine Messiant nos lembra, vale ressaltar que “não existe uma fonte exclusivamente autorizada ou decisiva nem para a compreensão de um fato, nem sequer, na maioria das vezes, para o seu simples estabelecimento”.<sup>3</sup>

Em Angola, existe um extenso debate sobre as guerras na construção do Estado-nação. Tudo com grandes implicações nas lutas políticas do presente. Cito, como exemplo, os casos aqui mencionados, encontrados nas fontes utilizadas, dos constantes “raptos”, “sequestros”, “raptura” de mulheres e crianças nas guerras pelos “in” (inimigos) e a definição do que ocorreu depois do 25 de abril de 1974, refletindo uma “descompressão” que ninguém quis ou não pôde conter, e que rapidamente ultrapassou os limites daquilo que havia sido até então o sistema político angolano. Tendo em conta os objetivos do texto, mas também em consequência das normas e limite de páginas para elaboração de um artigo científico, não adensarei os temas referidos.

Em termos metodológicos, é texto que se constrói com base em diferentes tipologias de fontes que vão desde documentos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e da Direção Geral de Segurança (DGS) de Portugal, passando pela documentação, por esses órgãos apreendidos, dos movimentos de libertação, tais como: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a União das Populações de Angola / Frente Nacional de Libertação de Angola (UPA/FNLA); e, respectivamente, as fontes de suas organizações femininas: Organização das Mulheres Angolanas (OMA), Liga da Mulher Angolana (LIMA) e Associação da Mulher Angolana (AMA). São utilizadas ainda entrevistas do acervo da

---

2 Christine Messiant, “‘Em Angola, até o passado é imprevisível’. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação” in *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 830.

3 Messiant, “Em Angola, até o passado é imprevisível”, p. 832.

produtora Geração 80 (G.80), e aquelas realizadas pela própria autora.<sup>4</sup> Trata-se de documentação recolhida tanto em Angola quanto em Portugal. Das fontes manuscritas aqui analisadas, destacam-se aquelas localizadas em Luanda, na Associação Tchiweka de Documentação (ATD) e, em Lisboa, particularmente no Arquivo Histórico Militar (AHM) e no Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

Apontei o movimento de libertação e as organizações femininas a que essas mulheres pertenciam, e ainda hoje pertencem, quando assim foi mencionado, em notas de rodapé. Em termos de construção de narrativa, no que toca à participação dessas mulheres no combate político-militar, nas definições, atribuições e desenvolvimento de suas atividades, utilizei suas descrições sobre a luta anticolonial como “uma só voz”, sinalizando diferenças quando assim foi possível. Destaco que os movimentos não eram iguais, possuíam especificidades que não adensarei aqui, como forma de manter o foco.

Especificamente em relação à linguagem utilizada, ao longo do texto, buscou-se preservar as sutilezas do uso das palavras no português angolano. Expressões como “sanzala”, “fuba”, “bué”, “controlo” etc. fazem parte desse rol de palavras. Em suma, trata-se de texto realizado a partir de registros escritos e orais.

## **Atividades de guerrilha nas bases dos movimentos de libertação: tarefas militares agrícolas e tráfico de material**

Pela própria natureza, a guerra de guerrilha é uma batalha rudimentar. Precisa contar com o apoio desses sujeitos locais como princípio básico, daqueles que conhecem a região onde a guerra está acontecendo. Conta

---

4 Para maiores informações sobre a origem das fontes e as condições nas quais foram produzidas, ver Dayane Augusta Santos da Silva, “Fazer pesquisa em Angola: notas sobre pesquisa histórica e documental”, *ABEÁfrica – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 7, n. 7, 2022 [↗](#).

ainda com um número grande de voluntários para fazer policiamento, evitar roubos, elaborar armas artesanais, colher informações, recrutar pessoas, buscar água e cuidar da alimentação, fazer serviços de enfermagem.<sup>5</sup>

A luta de libertação exigia organização e uma logística de guerra que não permitia compartimentações isoladas. Tudo isso envolveu o modo como a guerrilha estava organizada e abriu caminhos de interpretação dos diferentes modos de inserção de mulheres integradas nos quadros tradicionais nas zonas libertadas dos movimentos de libertação, e em atuações também fora dessas zonas, nas províncias de Angola. As mulheres se tornaram necessárias à política de organização dos movimentos anticoloniais.

Nas áreas rurais de Angola, onde a guerra efetivamente aconteceu, as mulheres, mas não só, foram uma força importante de produção. Foram essenciais no trabalho com a terra, nos trabalhos agrícolas, na produção de alimento para a subsistência do seu grupo familiar, e para setores que ultrapassavam o nível de parentesco.<sup>6</sup> Por já desempenharem esse papel nas diferentes sociedades angolanas, assim eram inseridas e projetadas na guerra.<sup>7</sup> Desempenhando papel fundamental, elas foram dominantes no campo da economia familiar e até hoje esse espaço é comandado por elas. Com a guerra, não modificaram estruturas, mas aproveitam níveis sensíveis para se inserir. Mulheres e homens tiveram suas vidas alteradas por causa da guerra.

Assim, diferentemente do que foi registrado nos documentos fundadores do MPLA, particularmente no que se refere à unidade sem apreço de origens sociais, raciais e étnico-regionais, por exemplo, foi preciso respeitar as particularidades tradicionais locais, em termos de povos e reinos, para que se garantisse o apoio das mulheres na guerrilha.

---

5 Arquivo da Defesa Nacional (ADN), Lisboa, *Manual de tática de guerrilha – Relatório de contra-informação*, 13 ago. 1962.

6 Mesquitela Lima, “Depoimento do Etnólogo e antropólogo”, *Jornal ABC: Semanário de Informação e Opinião*, 1974. Disponível na Associação Tchiweka de Documentação, Luanda.

7 Lima, “Depoimento”.

Isso garantiu a força e sustentáculo do trabalho feminino na retaguarda do combate armado, em que mulheres e homens, mas prioritariamente mulheres, executavam tarefas.

Foram várias as emissões nas rádios, em línguas nacionais, dando instruções a populações para se dedicar à produção agrícola e criação de animais domésticos.<sup>8</sup> Na zona leste de Angola, por exemplo, em 1967, foi registrada a ocorrência de uma africana que reclamava o fato de sobas receberem, por diversas vezes, galinhas, porcos, cabritos e fubas como forma de obter apoio. A angolana conta que o “acampamento formado por 40 pessoas, entre eles 12 homens e, logo, 28 mulheres, onde se encontra o soba, prestava assistência aos movimentos de libertação no que diz respeito a alimentos”.<sup>9</sup>

É uma descrição de acampamento constituído, em sua maioria por mulheres, que aponta o indício de que tanto a africana que vai à Directoria Geral de Segurança (DGS) quanto aquelas que apoiaram os movimentos de libertação faziam uso de habilidades comuns e tradicionais – uso do poder da palavra e trabalho com alimentos – já muito utilizadas e mobilizadas no cotidiano, para se posicionarem em tempos de guerra. Essas sujeitas, ativas nesse processo, criam e recriam situações a partir do que experienciavam naquele contexto. Como reafirmou a angolana Vitorina Massata, tal como os sobas, “mobilizando e trajando apoio ao povo, no apoio aos guerrilheiros, autênticos ativistas políticos da guerrilha”.<sup>10</sup>

Na documentação da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), existem referências de grande número de mulheres que trabalhavam nas plantações agrícolas sob a vigilância de grupos armados.<sup>11</sup> Regularmente, africanas dirigiam-se às lavras a fim de cultivarem e se

---

8 Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 244.

9 ADN, PIDE/ANGOLA, *Atividade terrorista em Angola – Zona Leste*, 18 jul. 1967.

10 Vitorina Ntumba Massata, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2013.

11 ADN, DGS/ANGOLA, *Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico*, 26 fev. 1972.

reabastecerem de gêneros alimentícios.<sup>12</sup> Em uma das bases da UPA/FNLA, o trabalho era realizado por cerca de 30 pessoas, mulheres em sua maioria, “protegidas” por 6 a 9 homens armados, com a missão de cultivar e colher os produtos das lavras.<sup>13</sup>

O abastecimento interno das bases dos movimentos de libertação foi realizado pela população rural, mas prioritariamente pelas mulheres. Por “base”, compreendo lugar próximo de lavras de grandes plantações de mandioca e milho, composto por núcleos de cubatas feitas por diferentes técnicas (taipa, palha, pedra, barro) e cobertas de palha, onde povoações africanas abrigavam-se e, no período de luta anticolonial, sustentava, muitas vezes, de forma temporária, os movimentos independentistas. A angolana Vitorina Massata explica: “de cada vez que os portugueses atacavam eles retiravam-se e criavam nova base em outra localidade; mudavam de base, mas não muito distante da antiga”.<sup>14</sup>

No interior de Angola, as grandes bases da retaguarda eram localizadas em regiões próximas às fronteiras, como as da Zâmbia ou Zaire. As bases menores iam sendo formadas de acordo com o crescimento dos grupos combatentes. Concentravam-se nas matas, onde ficavam as populações consideradas pelos movimentos anticoloniais “libertadas” e “independentes”. Na documentação é mencionado que entre as 4 e as 7 da manhã (para evitar que fossem referenciados pelos aviões), dedicavam-se à cultura alimentar.<sup>15</sup>

De acordo com a descrição de uma das fontes documentais do Arquivo Histórico Militar, no que se relaciona às atividades do MPLA na frente leste, nas bases, a situação geral no que dizia respeito à alimentação não constituía um grande problema, salvo no que respeitava ao sal. A pesca e a caça asseguravam uma base sólida a que se juntavam os produtos das culturas praticadas pelas populações tradicionais. Além das

---

12 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividade terrorista em Angola Distrito do Moxico, 3 mar. 1971.

13 AHM,F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 246.

14 Vitorina Ntumba Massata, *Entrevista*.

15 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividades do MPLA, – 1 mar. 1968..

culturas costumeiras (milho e a mandioca), de acordo com o documento, o MPLA introduzia as culturas da batata, do pepino, da cenoura, da cebola, da couve e do arroz, com vistas à obtenção de uma alimentação variada. Assim, permitiam não só o abastecimento da guerra, como pensavam também na exportação de excedentes para as populações deslocadas, que ficavam nas áreas fronteiriças.<sup>16</sup>

Augusta Conchiglia, repórter fotográfica que registrou e filmou a guerra de libertação a partir das “zonas libertadas” do MPLA, em 1968, narra que “as bases militares estavam a uma certa distância das povoações, as quais tiveram de mudar de modo de vida, deixando as clareiras onde estavam tradicionalmente ocupadas, para se esconderem no mato”.<sup>17</sup> Informa que assistiu a vários encontros entre guerrilheiros e o povo, quando os responsáveis do MPLA se exprimiam em português, mas contavam com tradutores locais, como aqueles que falavam tchokwe ou luvale, para se fazerem compreender. Conchiglia narra que o povo apresentava suas insatisfações, muitas vezes ligadas às “precauções com as dificuldades do acesso às lavras”. E afirma que a autossustentabilidade das “zonas libertadas”, controladas pelo referido movimento, estava entre os objetivos principais de guerrilha.<sup>18</sup> Nesse sentido, os trabalhos realizados nas lavras dessas bases, essencialmente executados por mulheres, eram fundamentais.

A angolana Antonieta Cesaltina Kulanda explica que cada base tinha que ter necessariamente uma lavra que a apoiasse. Diz que aqueles que saíam do interior para os acampamentos tinham que passar pelas bases para encontrar apoio alimentar. Expõe que os recrutas e os mancebos que deveriam seguir para os acampamentos de treino militar passavam em determinadas bases a fim de serem reabastecidos. Então, conforme a depoente evidencia, “cada base tinha que ter uma lavra, tinha que produzir”.<sup>19</sup>

---

16 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividades do MPLA, 1 mar. 1968.

17 Augusta Conchiglia, *Agostinho Neto, da guerrilha aos primeiros anos da independência*, Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2019, p. 15.

18 Conchiglia, *Agostinho Neto*, p. 16.

19 Antonieta Cesaltina Kulanda, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

Nessas bases, além das culturas anteriormente referidas, havia o plantio de ginguba (amendoim), massangano, massambala, batata-doce etc. As lavras eram coletivas, “não era cada pessoa com a sua lavoura, não”.<sup>20</sup> Então, próximo às bases, praticava-se a agricultura. As regiões político-militares seriam divididas em “zonas de influência” e assim sucessivamente.<sup>21</sup> Em termos de hierarquia, cabe ressaltar que abrigavam toda uma estrutura política, militar, administrativa, de logística. Uma região militar poderia configurar-se em duas ou três províncias e um rio, por exemplo. E, dentro das províncias, uma, duas, três povoações poderiam ser uma base.

Em função da urgência de guerra, principalmente no pós-independência, essas estruturas inicialmente simples tomaram formas e contornos cada vez mais estruturados, apesar das dificuldades contextuais. A Jamba, por exemplo, base-sede da UNITA, criada por volta de 1979 – considerada a capital da zona libertada, perto da fronteira com a Zâmbia, onde congregava-se uma comunidade de camponeses vindos das regiões de conflito, cultivava lavras e treinava guerrilheiros –, era lugar inteiramente rodeado de mato, onde se concentravam vários acampamentos a que chamavam “bases”, “cada uma destinada a um fim específico, espalhadas nas matas, distanciadas umas das outras por alguns ou muitos quilômetros”.<sup>22</sup>

Nessa base, que pouco diferiu dos aldeamentos tradicionais, funcionou bastante tempo a capital da UNITA. Num lugar escolhido por ser recuado e inacessível, viviam cerca de doze mil pessoas. Ali funcionou uma economia de guerra própria, “baseada essencialmente na redução ao mínimo das dependências externas, na valorização do trabalho e do saber”. E, como em várias áreas libertadas, houve lavras individuais e outras de experimentação, onde se produzia o milho, a mandioca, legumes, frutas, e as mulheres cultivavam.<sup>23</sup>

---

20 Salomé Epoulua Chiuhamu, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

21 Marcelo Bittencourt, “‘Estamos juntos!’ O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 448.

22 Fátima Roque et al., *Seis portuguesas em terras da UNITA*, Lisboa: Bertrand, 1988, pp. 39, 90.

23 Roque, *Seis portuguesas em terras da UNITA*, p. 49.

Como podemos observar, embora em outros termos, dada a estrutura mais rudimentar de guerrilha, tanto o MPLA como a UNITA combatiam com bases dentro do território angolano. Busco ressaltar, no entanto, o grande desafio de criação dessa sociedade de retaguarda condicionada à luta de libertação, onde os modelos tradicionais se aplicavam, mas precisaram ser reajustados em vista das condições de guerra e ao mesmo tempo da projeção futura, e mulheres destacavam-se nos trabalhos militares agrícolas e na autossustentabilidade dessas áreas. Nesses locais, praticava-se uma agricultura familiar que assegurava a subsistência básica e permitia-se trocas simbólicas.

Pelo que observei nos depoimentos, principalmente das mulheres da UNITA, muitas delas se referiam à organização e à estruturação das bases do período pós-independente – momento em que a divisão sexual do trabalho, nessas zonas, me parece mais demarcada, especialmente depois de 1973, com a criação da LIMA, a organização de mulheres da UNITA. No caso da Jamba, onde a mobilização de mulheres se circunscrevia à “limpeza do hospital, o reforço das fardas, o arranjo dos caminhos, a assistência aos familiares, o transporte de materiais para a frente”,<sup>24</sup> onde mulheres são chamadas tanto para costurar fardas como para se reunirem com a LIMA para discutir seus direitos e o papel que deviam assumir na guerra.<sup>25</sup> Porém, conforme assinalado anteriormente, busco frisar que as experiências dessas mulheres nas bases, ainda que muitas vezes surjam refletidas na memória dos trabalhos realizados durante o período da guerra civil, são derivadas e desdobradas das estruturas formadas nesses longos treze anos de guerra de libertação.

Ainda sobre as bases, Francisca Zombo reitera que, caso fossem destruídas pela guerra, as estruturas de cubatas e lavras eram montadas novamente em outro setor. Explica:

então as mulheres tinham que buscar lenha para pôr no quartel, água [som inaudível]. Tinham tamborões, encher os tamborões, se forem

24 Roque, *Seis portuguesas em terras da UNITA*, p. 36.

25 Roque, *Seis portuguesas em terras da UNITA*, p. 68.

dois tamborões, tinham que encher os dois tamborões, três ou quatro para os militares banhar e beber, fazer de comer, tinham que lenhar, tinha que cobrar a fuba. Na altura ainda tínhamos comida, nós tínhamos que [...] as massas populares tinham que associar comida a [som inaudível] se for 3 kg de fuba [som inaudível], 3 kg, mandioca, banana, ginguba, a kisaka [folha da mandioca] quando saísse das lavras, tinha, tinha sempre um portão onde as pessoas estavam a deixar a comida, o que sai da lavra [som inaudível] mandioca, se for milho deixa milho, ginguba deixa aí, kisaka mesmo assim, em folha, deixa aí.<sup>26</sup>

Nas bases também funcionavam ações sociais, como o trabalho de enfermaria, educação, alimentação, trabalho com crianças e educação de adultos, transportes de equipamentos e material. Contudo, haja vista os ataques iminentes, em sobreaviso, dependiam “do momento e das circunstâncias” de guerra.<sup>27</sup>

De acordo com a angolana Julieta Massampala, as mulheres guarneciam e fortificavam as bases, e ofereciam a estrutura para que outros fossem às frentes de combate. Além disso, muitas delas iam às mobilizações nas aldeias, na tentativa de impulsionar as populações, “para poderem aceitar, para poderem, então, aderir à luta”.<sup>28</sup> Na documentação da PIDE, existe inclusive referência a mulheres vindas da base Mandume III em missão de politização e propaganda em aldeias na região da Camela.<sup>29</sup> A notícia referia-se ao fato de que havia muitas jovens e mulheres que recebiam instruções políticas, tendo algumas seguido para as zonas de ação, seja na sensibilização, no transporte de material, como vigias ou espíãs. E isso independia do uso de fardas militares.<sup>30</sup> Foi comum também

---

26 Francisca Adão Zombo, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2010.

27 Kulanda, *Entrevista*.

28 Julieta Massampala, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

29 Sobre tal base, Augusta Conchiglia relatou ser “de grandes dimensões, com construções de capim e de ramos de madeira cortados, com que se faziam casas, mesas, armazéns etc.”. Para chegar a esta base, segundo a fotógrafa, “devia-se andar de noite para atravessar as savanas sem cobertura florestal, andar num chão de areia e navegar em canoas rudimentares nas imensas lagoas que se formavam nessa região em tempo da chuva”. Conchiglia, *Agostinho Neto*, p. 16. O nome “Mandume” referencia um rei, que em 1911, resistiu à força militar dos portugueses.

30 Domingas Augusto Panzo, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2010.

a presença, de passagem, dos destacamentos militares nas povoações do interior de Angola. Domingas Panza relata, por exemplo, que chegado o destacamento “cienfuegos” a uma aldeia, convocavam aquelas com 18, 19 anos para formar “grupo de guerrilheira”, “segurar armas na mão, ensinar como se desmonta arma, como que se faz o tiro, como que se faz a patrulha”.<sup>31</sup> Além de segurar armas, relata que cavavam túneis e faziam trincheiras.

Salomé Chiuhamá explica que, nas áreas rurais, durante a guerra de libertação, muitos não tinham conhecimento exato do que estava acontecendo. Então, a mobilização era o momento de informar o contexto de luta anticolonial. A angolana narra que “os pais tinham que saber que é em prol da pátria que estavam a entregar os seus filhos, para que não fosse assim uma surpresa”.<sup>32</sup> Segundo registros de época, isso justificaria a necessidade de uma “sensibilização” das populações. Portanto, havia uma preocupação com a politização das massas do interior, e isso teria estimulado uma concentração de esforços, junto às massas camponesas, consideradas por alguns desses movimentos “as bases das forças produtivas de Angola”.<sup>33</sup> Dessa forma, não era de estranhar a menção, na documentação da PIDE, de que havia na AMA “comissões de senhoras” cuja função essencial “era a mentalização de todas as mulheres no sentido de também cooperarem no movimento pela independência, trabalhando nas lavras, preparando os alimentos e cuidando das crianças”.<sup>34</sup> Ou seja, notava-se uma tentativa de convencimento para o uso da força de trabalho agrícola na manutenção de uma economia de guerra, em que mulheres camponesas, por meio do trabalho que já exerciam nas lavras, seriam essenciais. Tais atividades eram vistas, segundo a angolana Domingas Panzo, enquanto “tarefas militares”: o trabalho de “fazer, ir nas roças, cortar os cafés, os cafeeiros, as bananeiras, cortar os paus na estrada, cavar

---

31 Panzo, *Entrevista*.

32 Chiuhamá, *Entrevista*.

33 AHM, F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969, cx. 224.

34 AHM, F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969, cx. 224.

fossas nas estradas para os carros não passar”, constituídos enquanto ações fundamentais de guerra.<sup>35</sup>

Na perspectiva de Deolinda Rodrigues, quando da sua permanência nas zonas de guerrilha da II Região, em Cabinda, a mais famosa das regiões militares do MPLA, eram nomeadas de “trabalhos da revolução” as seguintes tarefas: “fazer kisaka pisada, fuba, lavras, ajudar os guerrilheiros, esclarecer-lhes politicamente [...], enfim, empunhar o fuzil da liberdade”.<sup>36</sup> Tal fato faz supor que o recurso à mão de obra de mulheres camponesas das diferentes áreas rurais de Angola, no trabalho com lavras e alimentação, foi uma das medidas de equilíbrio e manutenção de uma economia de guerra anticolonial, muito utilizada pelos movimentos de libertação. Por economia anticolonial compreendo as tarefas econômicas de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais). Além disso, a autogestão do que era produzido e cultivado nas lavras; o desempenho de mulheres na manutenção de condições básicas de sobrevivência, poder de autogerir, organizar e, conseqüentemente, sustentar, mediante trabalho agrícola – atividade costumeira no meio em que essas mulheres estavam inseridas – a retaguarda de uma guerra que não se manteria sem o trabalho delas.

As angolanas buscavam mudar e manter não só suas vidas como também a de uma rede de pessoas a quem estavam vinculadas, ao mesmo tempo em que moviam uma força contra-hegemônica, no anseio de conseguirem melhores condições de vida e humanizar o que até então era objetificado: sua força de trabalho. Conforme explicou a pesquisadora Lúcia de Sá, “o trabalho contratado ou forçado foi uma forma de aferição do nível instrumental da sociedade colonizada para uso da sociedade colonial”. Ressalto, no entanto, que a legislação sobre o trabalho forçado, vigente até 1961, não incluía mulheres. Em razão do trabalho agrícola de subsistência e do papel determinante na reprodução global da sociedade exercido por mulheres, o governo colonial buscou coibir, ao menos formalmente, a utilização de sua força de trabalho. Em regra, o emprego

---

35 Panzo, *Entrevista*.

36 Limbânia Jiménez Rodrigues, *Heroínas de Angola*, Luanda: Mayamba, 2010, pp. 56-57.

intensivo da mão de obra das mulheres poderia desequilibrar o ciclo reprodutivo familiar estabelecido no trabalho feminino, responsável pela reprodução da força de trabalho, o que supostamente poderia aumentar o custo do trabalho e limitaria a acumulação de capital. Não podemos esquecer, todavia, que esta política oficial de trabalho não impediu que o recurso humano dessas mulheres fosse utilizado também na abertura e conservação de estradas, sol a sol, gratuitamente, e com alimentação precária, sob regime compulsório.<sup>37</sup> A força de trabalho de mulheres e crianças foi massivamente utilizada pelas autoridades portuguesas.<sup>38</sup> Nas comunidades rurais, o colonialismo manteve-se através de mecanismos de exclusão econômica, social e cultural.<sup>39</sup>

A produção alimentar agrícola, a busca e aprovisionamento de água para utilização nas bases, o artesanato, a confecção de roupas, os cuidados com a saúde e instrução – alfabetização – todas essas ocupações fizeram parte do rol de atividades femininas – de mulheres camponesas – na luta anticolonial. A guerra desorganizou a produção e o transporte de produtos primários, havendo poucos recursos. Do ponto de vista econômico, portanto, o peso feminino residiu na responsabilidade pela produção alimentar, transformação de produtos, comercialização ou troca, particularmente nas zonas onde a guerra mais se fazia sentir.<sup>40</sup> Isso talvez explique o grande número de raptos de mulheres e crianças no que se refere ao mesmo tempo ao desequilíbrio de uma economia colonial portuguesa, já que isso poderia interferir diretamente no aumento ou não da atividade agrícola nas lavras nos espaços sob controle colonial; e à sustentação de uma economia anticolonial, por meio da força de trabalho empregada prioritariamente nas bases, por mulheres, com o trabalho agrícola.

---

37 Valdemir Zamparoni, “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”, *Africana Studia*, n. 7 (2004). p. 315 [↗](#).

38 Zamparoni, “Da escravatura ao trabalho forçado”.

39 Ana Lúcia Lopes de Sá, “A ruralidade na narrativa angolana do século XX, elementos de construção da nação”, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2012, p. 155 [↗](#).

40 Birgitta Lagerström, *As angolanas*, Estocolmo: Nordiska Afrikainstitutet, 2009, p. 126 [↗](#).

A pesquisadora Laís Rodrigues nos lembra que prover a nutrição e a proteção são papéis coletivos de extrema importância na cultura africana. Em Angola, as mulheres são tradicionalmente as responsáveis por assegurar a alimentação da família e a criação dos filhos. Nos diferentes meios rurais, historicamente, são elas que cultivam a agricultura de subsistência e asseguram fontes de recursos para a manutenção de seus lares. E, assim como os homens, são responsáveis, de formas diferentes, pela gestão familiar.<sup>41</sup> Então, pertencentes a uma organização social onde essas mulheres são tradicionalmente as responsáveis pelo trabalho agrícola, elas combinavam uma atividade tradicional com um mundo em transformação, marcado também por mudanças no consumo de alimentos, deslocamentos incessantes e redefinições na gênese do tecido social angolano.

A documentação da DGS na cidade do Luso (hoje Luena), refere-se, por exemplo, à notícia de que os movimentos de libertação passariam a raptar homens e mulheres válidos, por precisarem deles para o trabalho nas lavras e para o transporte de material. O documento registra que tal informação poderia indicar a intenção do MPLA de reforçar a luta anticolonial com “material” e “pessoal”.<sup>42</sup> Tal lógica foi aplicada também pelas autoridades administrativas e militares portuguesas no reconhecimento e potencial de produção de bens pelo trabalho das mulheres na agricultura, o que certifica seu papel enquanto dinamizadoras e provedoras dos alimentos que também foram a base econômica de subsistência de luta anticolonial.

Na zona leste de Angola, em decorrência da guerra, foi verificado pelas autoridades portuguesas que a alimentação fornecida à população da região do Muié era insuficiente. Realizadas reuniões com a população, salientou-se a necessidade de trabalhar nas lavras, mas, devido à falta de

---

41 Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz, “Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda”, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento. Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 92 *apud* Marzia Grazzi, “O papel da mulher empresária angolana no desenvolvimento do país: empresárias de Luanda e Benguela”, *Economia Global e Gestão*, v. III, n. 1-2 (1998), pp. 209-226.

42 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 246.

material indispensável ao preparo das terras, a população não “demonstrou o mínimo interesse por qualquer atividade” – o que agravava sensivelmente a situação econômica das populações, mas também das autoridades portuguesas. A população sabia da importância do trabalho agrícola em tempos de guerra.

De modo geral, em alguns aldeamentos, a alimentação era insatisfatória, devido ao fato de novas lavras não permitirem o autoabastecimento das populações. Houve, inclusive, campanhas realizadas pelas autoridades administrativas portuguesas junto às populações no sentido de orientar e controlar a agricultura do arroz, campos de criação de soja, amendoim e trigo, viveiros de árvores de fruto e ensaio de cultura de cafeeiros.<sup>43</sup>

Por causa das dificuldades de guerra, os angolanos não dispunham de poder de compra e muitas vezes por não poder se manter nas regiões onde habitavam, ou, alegando tradicionalismo e proximidade de lavras, abandonavam o trabalho agrícola.<sup>44</sup> Maria da Conceição Neto menciona, por exemplo, que a situação do campesinato se viu agravada com a luta anticolonial. No caso do norte de Angola e de outras regiões do país, a onda repressiva, além de ter levado à evasão para os países vizinhos, aumentou as expropriações de terras das famílias negras. Nesse caso, o chamado “reordenamento rural”, que foi a concentração camponesa em grandes aldeamentos estrategicamente colocados “para controlar as populações e impedir a extensão da guerrilha nacionalista, travou a tendência para a individualização e aumento da propriedade do agricultor africano tradicional”. O aumento da imigração branca restringiu a utilização de áreas férteis e “pôs em causa os sistemas tradicionais de aproveitamento do solo e o próprio equilíbrio ecológico já ameaçado”.<sup>45</sup>

---

43 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 277.

44 Jerônimo da Silva Rôlo, “Reordenamento rural em Angola, contribuição para o seu estudo”, Dissertação (Licenciatura), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1966.

45 Maria da Conceição Neto, “As fronteiras por dentro da nação – divisões étnicas, sócio-econômicas e sócio-políticas numa perspectiva histórica” in *Angola: a crise e o desafio democrático*, Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992, Luanda: ADRA, 1992, p. 10.

Essa ofensiva se daria no quadro de ações ligadas às técnicas de ocupação e utilização do solo pelos camponeses/as angolanos/as. Integrados/as em comunidades rurais, viviam da agricultura e de atividades afins. Em documento sobre a situação de Angola, em julho de 1962, a título de exemplo, a efeito da atuação do exército e das autoridades administrativas portuguesas, registra-se que em toda a região Norte as autoridades coloniais organizavam o sistema de manter as populações em concentrações. Refere o documento que a população era ali sujeita a uma seleção: os que sabiam ler e escrever eram enviados para Luanda. Os iletrados, velhos, mulheres e crianças permaneceriam nas concentrações. Os homens capazes seriam incorporados ao exército para combater o MPLA e a UPA, e os velhos, as mulheres e crianças ficariam “protegidos” pelas autoridades coloniais.<sup>46</sup>

Ou seja, durante o final dos anos 1960, projetos de “reordenamento rural” atuaram conjuntamente com “organismos de apoio ao agricultor africano ‘tradicional’, com vistas a estimular a produção e melhorar a qualidade dos produtos destinados aos mercados”.<sup>47</sup> Angola tinha a produção agrícola como principal atividade econômica. Isso fez parte de um rol de políticas no campo político-social e jurídico que tentava criar a falsa imagem de boa convivência e igualdade de direitos entre negros e brancos, justificar o papel “civilizador dos portugueses”, e igualmente conter o avanço da guerrilha com a evacuação dessas populações para as bases dos movimentos de libertação. Segundo Claudia Castelo, o plano de contrassubversão do distrito do Bié, por exemplo, que “preconizou que a população rural fosse toda aldeada em 1971, contava com 1.358 aldeias, das quais 453 tinham milícias, algumas 20 enquadradas por guardas da Polícia de Segurança Pública (PSP)”.<sup>48</sup> Mesmo assim, “a valorização das práticas e conhecimentos dos africanos e empatia humana para com estes

---

46 Associação Tchiweka de Documentação (ATD), Luanda, *Documento sobre a situação em Angola. Segundo relato de angolanos chegados do interior do país. Informação de 5 de julho de 1962.*

47 Neto, “As fronteiras por dentro da nação”, pp. 9-10.

48 Neto, “As fronteiras por dentro da nação”, p. 10.

eram vistas de forma negativa por elementos do quadro administrativo, comerciantes e outros colonos”.<sup>49</sup> De algum modo, esse fato contribuiu com a concentração dessas populações nas zonas libertadas, nas áreas estratégicas de luta anticolonial, distintas dos aldeamentos portugueses, em uma vida gerenciada por africanos. No âmbito do colonialismo tardio e luta de independência, foi um processo atravessado por ambiguidades, tensões e negociações. Em outras palavras, a atuação do governo colonial português não mudou, em sua essência, “as relações básicas de exploração e opressão do colonizador sobre o colonizado, embora tenha sido marcada, em alguns aspectos, por alterações visíveis no conjunto da sociedade colonial em Angola”.<sup>50</sup>

Além do trabalho nas lavras de bases dos movimentos anticoloniais que mulheres, prioritariamente, executavam, atacar a economia colonial significava a investida contra as roças de café, as plantações de algodão e cana-de-açúcar, a sabotagem de postos de luz, linhas férreas, o incêndio de tratores e máquinas agrícolas – ações que promoviam um clima de insegurança entre os colonizadores.<sup>51</sup> No Arquivo Histórico Militar, encontrei registro que reclamava do fato de os militantes dos movimentos de libertação deixarem, nos locais de ataques, cartas escritas, em que ameaçavam atacar a economia portuguesa. As autoridades portuguesas temiam que, caso as ameaças fossem cumpridas, a economia das regiões pudesse vir a ser prejudicada.<sup>52</sup>

Assim, o corte de alguns milhares de cafeeiros levado a efeito por grupos do MPLA numa fazenda do Conselho de Nambuangongo (o segundo contra a mesma fazenda em um espaço de um ano) insere-se nesse quadro de investidas de combate à economia colonial portuguesa.<sup>53</sup> De igual modo, ataques contra fazendas que efetuavam preparativos para a colheita do café, nos Distritos do Uíge, Lunda e Cuanza Norte, dificultavam as atividades

---

49 Neto, “As fronteiras por dentro da nação”, p. 8.

50 Neto, “As fronteiras por dentro da nação”, p. 8.

51 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 244.

52 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 275.

53 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 275.

inerentes à recolha e escoamento daquele produto.<sup>54</sup> O roubo de vestuário e alimentos do acampamento da fazenda Nova Nelas, situado junto à povoação de Beira Alta, é de mesma motivação: sabotar, ao mesmo tempo que abastecer.<sup>55</sup> Localizou-se, ainda, nesse processo, a denúncia de que um grupo da FNLA, constituído por cinquenta pessoas, entre eles mulheres e crianças, “roubaram gado bovino, suíno e caprino” de uma fazenda, gêneros alimentícios necessários ao autoabastecimento das populações.<sup>56</sup>

Em outro registro, há notícia de que haviam diminuído, em relação às semanas anteriores, as atividades dos considerados “inimigos” no que diz respeito ao rapto de população e roubos de gado bovino.<sup>57</sup> As sabotagens partiam de lugares até então simplesmente ignorados pelas autoridades portuguesas, tratando-se supostamente de “mera brincadeira de raparigas africanas”, como a intenção de colocar pedras na estrada, no Distrito da Huíla, em 1968.<sup>58</sup>

Nesse campo de investidas, de boicote à economia colonial, mulheres inseriam-se como força motora de uma engrenagem de guerra, dando a sua força de trabalho aos movimentos de libertação. Por outro lado, nas instruções aos responsáveis militares, em serviço junto às massas, recomendava-se não roubar o que o povo possuía, como cabras, galinhas e porcos, ou tirar das suas lavras alimentos sem autorização antecipada.<sup>59</sup> Dessa indicação se depreende a ideia de que, sem o apoio voluntário das massas camponesas e o respeito às tradições locais, como a deferência pelo que era cultivado por essas populações e o apreço aos mais velhos, as ações contra a ordem colonial falhariam.

O apoio aos guerrilheiros e à guerra anticolonial passava pelo trabalho nas lavras e tudo o que a guerrilha precisava para se manter: medicamentos, roupas, dinheiro, armas, transporte de material, informações.

---

54 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 273.

55 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 275.

56 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividade terrorista em Angola, Distrito Uíge, 28 dez. 1973.

57 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 276.

58 ADN, PIDE/ANGOLA, Comportamento das populações, Distrito da Huíla, 15 fev. 1969.

59 AHM, F7/B/SSR3, Angola, 1960-1969, cx. 224.

A título de exemplo, no que diz respeito ao tráfico de mercadorias, foram iniciadas investigações pela PIDE, em 1963, não concluídas, sobre o que se desconfiava ser uma rede de abastecimento dos movimentos de libertação, possivelmente de alguns medicamentos, panos e, especialmente, sal. De acordo com o documento, o reabastecimento era realizado da seguinte maneira:

- a) Emissários vindos da mata Sanga, Zala ou Nambuangongo dirigem-se às sanzalas Quihita e Quicusso, onde contactam com um ou mais elementos da Sanzala a quem entregam o dinheiro que possuem;
- b) O “contacto” divide o dinheiro em pequenas frações da ordem do 5\$00, 2\$00 ou 1\$00, *distribuído por tantas mulheres quanto as frações conseguidas*;
- c) *As mulheres dirigem-se a casas comerciais* do Ambriz ou Ambrizete e *compram mercadorias*, em especial sal, sem levantar qualquer suspeita dado que por instruções particulares da autoridade administrativa todo o comerciante pode vender até um máximo de 5 a 10 kg por nativo, sem qualquer controle;
- d) Regressam depois à sanzala, entregam o sal ao “contato” e estes aos terroristas.<sup>60</sup>

É nessa lógica que mulheres, além de trabalhar nas lavras, abastecer as bases de alimentos, comprar mercadorias e fornecer aos movimentos anticoloniais, levavam sal e fósforos ao Congo, ao atravessarem clandestinamente a fronteira, transportando produtos nacionais para o país vizinho. A compra de grandes quantidades de sal e fósforo foi considerada indício de atividades “subversivas”, bem como a de “grandes quantidades de cobertores e panos”.<sup>61</sup>

Referindo-se ao transporte de material da base de Mandume III para o do Cassamé, Deolinda Já expõe: “o nosso trabalho aí éramos carregadores, levávamos materiais, munições e armas para levar de uma base a outra”.<sup>62</sup> De forma semelhante, na entrevista de Francisca Zombo, quando

60 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, cx. 240, grifos meus.

61 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividades suspeitas, Distrito da Lunda, 8 ago. 1969.

62 Deolinda Já, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2013.

perguntada por quem foi enviada quando foi ao Congo, responde: “pelos comandantes, buscar materiais e roupas para nós vestirmos”.<sup>63</sup>

Por ser atividade comum em contexto de luta de libertação, não é de estranhar o fato de, em 1969, autoridades congolosas fronteiriças fizeram com que mulheres africanas que “iam vender peixe” regressassem ao território nacional, não permitindo o trânsito.<sup>64</sup> Ou, ainda, a referência à detenção no posto fixo nº 2 de Luanda de duas africanas que transportavam, num cesto, quatro garrafas de álcool puro.<sup>65</sup> As angolanas foram retidas presumindo-se que pretendessem transacionar o material com os movimentos de libertação. Ou seja, do transporte de material de guerra, feito por mulheres, resultou o receio e a desconfiança das autoridades administrativas e policiais portuguesas quanto à sua contribuição na luta anticolonial, também no transporte de materiais. Limbânia Jiménez Rodrigues explica que:

O reforço bélico a partir de Luanda resultava praticamente impossível, embora a frente guerrilheira ficasse apenas a cem quilômetros da capital, dadas as condições de repressão feroz e o rigoroso controle da polícia que imperava na capital, onde se concentravam dezenas de milhares de soldados portugueses e a sinistra polícia do regime fascista, a PIDE, a qual eliminava através da prisão, do campo de concentração, a tortura e a morte, todo o angolano sobre quem recaísse a mínima suspeita de atividade patriótica. Apesar disso, os grupos clandestinos ali estabelecidos conseguiram fazer chegar aos guerrilheiros medicamentos, roupa e comida em pequenas quantidades.<sup>66</sup>

A apreensão de grandes quantidades de vestuário, calçados, material escolar e mantimentos,<sup>67</sup> assim como a destruição de núcleos de

63 Francisca Adão Zombo, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2010.

64 ADN, PIDE/ANGOLA, República Popular do Congo, 9 jul. 1969. Suponho que a fonte traga “africanas” para referir-se às mulheres angolanas, visto tratar-se do território nacional de Angola. Mas, como os militares colonizadores pouco demarcavam na documentação as diferenças em geral, e mais ainda de mulheres anônimas, pode se tratar de mulheres de outro país do continente que contribuíssem com a luta de libertação. Talvez ainda uma forma de distingui-las das mulheres brancas.

65 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 243.

66 Rodrigues, *Heroínas de Angola*, p. 89.

67 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 243.

cubatas e lavras (mandioca, milhos, bananeiras, mamoeiros, batatas-doces etc.), e a captura de munhões, mulheres e crianças foram considerados, pelos colonizadores, atividades de “contrassubversão”.<sup>68</sup> Na documentação da PIDE, encontrei relato que afirmava a descoberta de grande quantidade de lavras de milho e mandioca, bem tratadas, que não foram totalmente destruídas por carência de meios; e a existência de cubatas com indícios de ocupação recente.<sup>69</sup> Julieta Massampala resume: “os colonos atacavam as aldeias [...] e entoscavam as lavras em que os produtos alimentares ficavam”.<sup>70</sup> Quando isso ocorria, Vitorina Massata acrescenta, “tanto o povo como os guerrilheiros sobreviviam de frutas silvestres”.<sup>71</sup> Francisca Zombo completa:

às vezes o inimigo, mesmo que tivéssemos comida nas lavras, não poderíamos ir nas lavras, então onde recuamos, se encontrasse essa “gingamba”, é que sabe que tínhamos que cavar essa gingamba, na mesma noite tinha que ferver e na mesma noite tinha que descascar e cortejar porque é muito amargo, tinha que cortejar as rodela, depois dia seguinte metíamos na água e na mesma noite [som inaudível] rio próximo de onde vivemos, tínhamos que meter no sambo que está aí na porta, então tinha que meter no sambo, lavar muito bem e pôr na água. Se mete, por exemplo, umas três horas ou vinte horas, daqui lá para as oito horas do dia seguinte a amargura toda acaba. [...] e tínhamos ainda outras coisas que a gente podíamos comer quando tivessem fome é este, esta cola e este gengibre. Se encontrasse num sítio onde a gente fugisse ele nos salvava. Este é o gengibre, esta é a cola. Corta um bocadinho da cola, um bocadinho de gengibre e bebia água, mesmo que pudesse recair, já não recaía.<sup>72</sup>

A angolana Deolinda Kangamafuka explica que, a determinada altura, dado o avanço da guerra, havia períodos em que não conheciam o campo e nem a alimentação. Assim, além das frutas silvestres, alimentavam-se também dos tubérculos. Narra:

68 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 276.

69 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 276.

70 Massampala, *Entrevista*.

71 Vitorina Ntumba Massata, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2013.

72 Zombo, *Entrevista*.

vivíamos através do tubérculo, gingamba, kissadi [inhame amarelo]. Se chegássemos numa área que não tivesse essas coisas, é mesmo ficar assim, povo a morrer sem alimentação. Era muito difícil na alimentação, porque há sítios mesmo, conforme tá essa mata toda, para encontrar esses kissadi ou gingamba, era mesmo difícil. As tropas tinham que caminhar, nos deixavam num sítio: “fiquem aqui, vamos localizar a área onde tiver essas comida”. Só assim que nas matas podíamos comer. Iam, nos deixavam, se encontrassem, voltavam a nos dizer [...] “pá, vamos sair daqui, vamos para a área onde encontramos água”. Nem água às vezes, há áreas que nós passávamos três, quatro dias, não tínhamos água. Então, é assim que vinham buscar a população para ir se instalar naquela área, ir. Nós chegávamos, às vezes, 18 horas a metermo-nos nas kiangas, éramos obrigadas a nós metermos nas kiangas. Kianga quer dizer uma coisa, como está aquela [...] tás a ver!? aquela brincadeira aí, nós chamávamos um conjunto das cordas, da seca, paus secos, que em kimbundu chamávamos de kianga. Aí procura à noite, se encontrasse kissadi, era cavar mesmo, à noite, só para ver se os filhos não acabavam de morrer com fome. Nossa alimentação foi essa. E há áreas que nós íamos, nem coconote [dendê] aparecia. Era um sofrimento muito enorme mesmo.<sup>73</sup>

Nas fontes de 1969, existe uma ocorrência que se refere ao fato de o MPLA sentir “grandes dificuldades nos reabastecimentos em virtude das casas comerciais da região fronteiriça/Zâmbia se encontrarem sem mercadoria”. No mesmo ano, há também um registro de grupo portador de uma carta do comandante Totó que pedia a um “elemento de ligação” para lhe arranjar sal, fio de pesca, anzóis, roupas, linhas, cadernos e esferográficas, sinalizando a carência de material em acampamentos do MPLA.<sup>74</sup> No Distrito do Uíge, localizei registro das atividades guerrilheiras contra fazendas e grupos de trabalhadores, com o objetivo de obter dinheiro, roupas e gêneros alimentícios, intenção que, segundo as autoridades portuguesas, revelava a necessidade dos movimentos de se abastecer de gêneros e agasalhos.<sup>75</sup>

73 Deolinda Kangamafuka, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2010.

74 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 246.

75 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 274.

No interior de Angola, a DGS registrou muitas notícias articuladas sobre a carência de vestuário com que se debatiam os militantes dos movimentos de libertação e as populações de algumas áreas, refletidas, por exemplo, em uma investida contra mulheres que trabalhavam como lavadeiras nos rios, demonstrando a forma, embora muitas vezes arbitrária, de sustento da luta anticolonial. Nas bases, compreendendo as necessidades e finalidades da luta de libertação nacional, mulheres costumavam e confeccionavam roupas. No Cuanza Norte, em 1971, encontrei referências nos registros da DGS de homens armados que teriam “roubado roupas, incluindo fardas da Guarda Rural, que uma mulher estava lavando na fazenda Santa Filomena”.<sup>76</sup> No Moxico, no mesmo ano, registrou-se o roubo de vestuário de uma mulher que se encontrava nas lavras. Para essa mesma região, no ano seguinte, localizei uma ocorrência de interceptação de “algumas mulheres nas proximidades do Lumeje, tirando-lhes [os guerrilheiros] o que possuíam, inclusive o vestuário”.<sup>77</sup> Próximo do povo Cambeje, na área de Vista Alegre, duas mulheres tiveram todas as roupas roubadas.<sup>78</sup> Encontrei também nota de espoliação de gêneros alimentícios e de lavras existentes nas proximidades, como no Moxico.

É evidente que essas notícias tentavam responsabilizar os movimentos anticoloniais pelas desordens e desvios resultantes do contexto de guerra. De outro modo, demonstra como mulheres foram parte do processo de luta anticolonial, oferecendo – voluntariamente ou não – a “cobertura” do que depois era reconstituído nas brigadas de trabalho das bases, onde outras mulheres compunham um exército de força de trabalho feminina. Por exemplo, na falta de vestuário, Francisca Zombo explica que usavam determinados tipos de casca de árvore para fazer roupa:

---

76 ADN, PIDE/ANGOLA, Atividade terrorista em Angola, Distrito do Cuanza Norte, 20 fev. 1971.

77 ADN, DGS/ANGOLA, Atividade terrorista em Angola, Distrito do Moxico, 11 jul. 1972.

78 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 276.

essa é da bananeira [mostra a saia] nós que éramos pioneiras, as moças mesmo grandes faziam isso aqui como saia, conforme viram ontem ou anteontem que eu meti essa saia. Esta saia é de casca de bananeira, se tiveram uma saia pelo menos rasgada, de um tecido dentro, essa aqui cobria, em vez de ver o seu corpo, já não via o corpo.<sup>79</sup>

Outro tipo de vestuário era aquele feito do andulo, um “grande vestuário”; “aquele nós batíamos, tínhamos que ter a saia, a blusa, o pano, o cobertor”.<sup>80</sup> Domingas Kissanga narra: “andulo, nós tivemos de bater, saíram no pau, o pau vira no pano”. Explica que “quando tiram do pau é só meter na água, nem sabão, nem nada, só lava mesmo, só assim, com a água simples e vestir”. Para secar, “só um dia mesmo, se é muito grande e tem grossura, dois dias, mas como pouca grossura assim está é só um dia e já está seco; também não fica muito seco, tem que ficar um bocado úmido para cair bem no corpo”.<sup>81</sup> A entrevistada conclui afirmando “é melhor bater o andulo para eu viver melhor. [...] para subir com a bandeira”.<sup>82</sup>

Suponho então, naquilo que diz respeito às atividades de retaguarda, essenciais no contexto de guerra, como o uso das “matérias da terra” para produzir vestuário, o “conserto de vestuário das forças combatentes”, o “fornecimento e preparo de alimentos” ou o “servir de elemento de ligação entre guerrilheiros”, mulheres sobressaíam nas ações que ocorriam nas bases, mas também fora delas, nas aldeias e clandestinidade.<sup>83</sup> Considero que tal exercício de experiência da resistência foi sistematizado pelas mulheres das organizações femininas dos movimentos de libertação, e depois expandido como atuações possíveis das mulheres na guerra. Foi teoria formulada que partiu da experiência. Conforme texto de propaganda

---

79 Zombo, *Entrevista*.

80 Zombo, *Entrevista*. “Andulo” é também o nome do município da província do Bié onde o líder da UNITA, Jonas Savimbi, construiu um abrigo subterrâneo que é hoje uma atração turística. Ver Pedro Cardoso, “Andulo: na sua pacatez, o Andulo é uma grande lição de História e de reflexão sobre o país que somos e que queremos”, *Rede Angola*, 13 nov. 2014. Possivelmente, o material usado está de alguma forma relacionado à localidade do Andulo.

81 Domingas Albano Kissanga, *Entrevista concedida à produtora Geração 80*, Angola, 2010.

82 Kissanga, *Entrevista*.

83 ADN, OMA, *O papel da mulher na revolução angolana*, 22 out. 1964.

da OMA, publicitado em Brazaville, em 1964, as mulheres que participaram ativa e diretamente na luta de libertação – no que diz respeito às atividades sinalizadas até aqui – mantinham o equilíbrio econômico-social nas aldeias, pequenas povoações e campos de refugiados de guerra.<sup>84</sup>

Nas margens do rio Luena, por exemplo, existia um acampamento do MPLA com grande contingente populacional. Ali, a população dedicava-se à pesca, cujo produto era revertido para sustento da luta anticolonial, não só visando a subsistência, mas também para transacionar por outros artigos de necessidade, com o auxílio dos habitantes da região, que se deslocavam para lá com essa finalidade.<sup>85</sup> Ainda nas margens desse rio, foi registrado que principalmente na “orla das matas” existiam grutas onde os sujeitos dos movimentos de libertação e as populações se escondiam; ou seja, eram usadas como abrigos. As entradas das grutas eram pequenas e ficavam normalmente camufladas e cobertas de capim.<sup>86</sup> Tal fato sinalizava a força de um mundo rural, adaptado e reorganizado em função das circunstâncias e condicionalismos locais que, durante a luta anticolonial, destacou-se por meio do que ali existia em potencial – no caso da participação de mulheres, a partir dos trabalhos costumeiramente executados por elas, seja nas atividades mais simples ou nas mais trabalhosas, como na produção do material para iluminar durante a noite. Francisca Zombo ressalta:

Esse archote já nos ajudou muito, foi a nossa luz nas matas e isso às vezes quando for de dia para fazer o almoço, senão tiver um bocadinho de carvão que vocês apagou, se tiver pelo menos cinco ou seis archotes a gente conseguia fazer muito com ele o almoço, pra não fazer fumaça, pro inimigo não poder nos ver. E nós acendíamos, depois de nós acender, conseguíamos aluminar o sítio por onde nós tivemos a fazer o jantar. [...] uma hora ou trinta minutos. Se for bom, bem seco, não demora. Isso não demora porque quando acende nem vale a pena. [...] Lá para acendermos o fogo tínhamos uma pedrinha, tinha que raspare [raspar] umas coisas que ficam na panela, esqueci já o nome

84 ADN, OMA, *O papel da mulher na revolução angolana*, 22 out. 1964.

85 ADN, DGS, Atividade terrorista em Angola, Distrito do Moxico, 11 mar. 1972.

86 ADN, DGS, Atividade terrorista em Angola, Distrito do Moxico, 17 jun. 1970.

em português. Em kimbundu chamava-se “okoko”, tem umas partes nas palmeiras que a gente raspávamos [som inaudível] estendíamos... o fogo com esses archotes [...] se fosse bué pessoas, cada qual levava o seu archote.<sup>87</sup>

A sobrevivência nas aldeias e bases dos movimentos de libertação durante a luta anticolonial, em matéria alimentar e de produção de material, continuou a depender das mulheres, gerando uma economia de autossustentação. Constituíam “ponto de apoio” também aos grupos em trânsito naquela e outras áreas, principalmente na época de chuvas, dado que no tempo seco havia uma mudança de itinerário nas deslocações entre as regiões militares e de fronteiras.<sup>88</sup> Nas bases, por exemplo, as sentinelas, figuras de destaque na maioria das regiões militares dos movimentos de libertação, eram as responsáveis por guardar um posto, realizar a vigilância do trabalho nas lavras ou resguardar os caminhos dos rios e trilhos de acesso que conduziam às bases, lavras ou núcleos de cubatas. Na documentação, mais precisamente no Cuando Cubango, foi registrado que quando as populações trabalhavam nas lavras, havia sentinelas armadas que ocupavam, durante o dia, posição elevada. Em notícia semelhante, de 1969, uma africana apresentada na PIDE informava que durante a noite ficavam sentinelas junto ao quartel da UPA, permitindo que outros fossem dormir “para os povos de Shaiuanga, Mujimbo e Jamba”, onde possuíam mulheres. Durante o dia, trabalhavam na construção das casas. Ainda nesses registros, mencionam-se sentinelas vigiando o trilho de acesso onde vivia a população das antigas sanzalas Cassumba, Pata-Pata e Cote. Para atingir o quartel, “atravessava-se o R. Matári, numa zona de tongas (roçado) de café, passa-se numa lavra de mandioca e entra-se na mata, onde, muito perto, se encontra o quartel”.<sup>89</sup> Foi comum a presença de sentinelas nos caminhos de acesso às lavras e bases dos movimentos de libertação. Em uma das ações das tropas portuguesas nas bases consi-

---

87 Zombo, *Entrevista*.

88 ADN, DGS, Atividade terrorista em Angola, Distrito do Moxico, 14 jan. 1972.

89 AHM, F7/B/SR12/SSR3, Angola, 1959-1971, cx. 246. Acredito que “R. Matári” seja a referência de um rio.

deradas inimigas, na margem esquerda do rio Tumba, afluente do Cassai, foi registrado que a sentinela, com seu grupo, de número não estimado, reagiu fortemente, contra a captura de munições, documentos e pessoas.<sup>90</sup>

De acordo com a angolana Salomé Epolua Chiuhamá, sabia-se que próximo às bases estavam senhoras como sentinelas. Elas buscavam informações para saber as áreas seguras para a movimentação. A depoente explica que:

tanto nas bases quanto nas aldeias, todas as manhãs tinha que sair sentinelas que iam junto do rio, para ver se havia pegadas de estranhos, de botas dos militares. Então, vinha avisar se ali havia alguma coisa, mesmo na base também, ninguém podia buscar água sem que primeiro fosse a patrulha. [...] não podia fazer fogo porque a fumaça, ela depois se concentrava ao longo do rio. Eles vão saber que ali há população. [...] as pessoas podiam detectar a presença do inimigo através do cigarro, porque o tabaco tem um cheiro especial e os sentidos estavam muito, muito apurados.<sup>91</sup>

A entrevistada explica que os sentidos, como a visão, o olfato, a audição, eram fundamentais para quem ocupava o posto de sentinela. Completa:

um cheiro estranho, era logo comunicar. A visão, e as noites, dentro das matas não há luz, não há nada, mas, com o tempo, a visão ficava tão apurada que mesmo à noite vocês estão a andar, não precisa de uma lanterna, também não se tinha lanterna mais. E a audição, lá nas aldeias, dentro das bases, era proibido ter galos. Nas aldeias sim, mas próximo das bases não há galos porque galos, a qualquer momento, galo canta. Mas lá na aldeia eles tinha, tinham, sabiam como se defender, e sabiam também onde iam se esconder.<sup>92</sup>

Em geral, as mulheres angolanas que exerciam a função de sentinelas são referidas como os “ouvidos”, os “olhos” e a “boca” dos movimentos de libertação. Ainda na perspectiva da angolana Salomé Chiuhamá, “a ambição, a vontade efêmera, era de acabar com o sofrimento”. Ela aponta que as

90 AHM, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960-1974, cx. 275.

91 Chiuhamá, *Entrevista*.

92 Chiuhamá, *Entrevista*.

peessoas faziam leituras particulares e próprias do contexto de guerra. E, muitas vezes, quando iam para as bases, ajudavam no que fosse necessário, como por exemplo, na falta de escolas, enfermeiras, alimentação, “porque é dentro das matas, com as populações que viviam naquelas matas, que nós tínhamos que trabalhar”.<sup>93</sup>

Da base [...] fazia-se tudo. Para a nossa segurança, íamos para as lavras, e quando você vai para as lavras, não tínhamos assim muita bagagem, era uma [som inaudível]. Você não deixa os teus utensílios [som inaudível] você não sabe se na retaguarda a base será atacada, então o mínimo que você podia levar, você leva já. E lá nos instruíam que tem que haver um ponto de recuo, caso haja um ataque. [...]. Então, enquanto as mulheres cultivavam, eu não tinha filhos ainda, as que tinham filhos era trabalhar e amarrar as crianças às costas. Era amarrar e trabalhar e uma, duas senhoras, estavam assim, num ponto, um bocadinho distante, para fazer a vigilância. Quando houvesse alguma coisa estranha, então avisavam, se vocês iam num local determinado... reencontro. As pessoas treinavam com a roupa que tinham, não tinha assim... era aquilo que a pessoa tinha. [...] Então, era mesmo assim, você tava cultivar com a tua criança mesmo aqui, se há um ataque, você não vai deixar a criança. Você vai estar a cultivar, mas o teu filho está a andar contigo. Qualquer coisa é melhor abandonar a enxada e correr com a criança.<sup>94</sup>

Seja no trabalho agrícola, no cultivo ou produção de alimentos, no transporte de material ou informação, essas mulheres contribuía na composição do que viria a ser uma Angola futura. Tais atuações permitiram outras formas de compreensão dessas mulheres no imaginário coletivo, enquanto sujeitos ativos, autoras, de uma economia social de guerra.

Ao articularem espaços mediados por relações de solidariedade e cooperação, essas mulheres não se intimidaram com as imposições do contexto de guerra. Elas adaptaram suas lides a uma conjuntura de desigualdades, conflitos e tensões sociais cotidianas. Combinaram atividades de ordens diferenciadas também com enfrentamentos individuais, não formalizados, em processo de transformação e adaptação. Ao trabalho

---

93 Chihuahua, *Entrevista*.

94 Chihuahua, *Entrevista*.

costumeiro dessas mulheres foram acrescentadas as atividades de luta de libertação. Contudo, não houve um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, “das tarefas invisíveis que já ocupavam bastante tempo, e que contribuía para aumentar o seu tempo de trabalho, no âmbito da divisão sexual do trabalho”.<sup>95</sup> A ideia de que a retaguarda era investida de trabalho tedioso, por não se tratar de regiões onde ocorriam combates abertos, é enganosa. Nesse contexto, a retaguarda foi força de defesa e sobrevivência de uma guerra que não se fez somente com armas de fogo.

Essas mulheres aproveitaram os níveis sensíveis das estruturas de guerra para se inserir, entendendo-se enquanto guerrilheiras, nos trabalhos agrícolas e militares que executavam, nas bases dos movimentos de libertação. O trabalho nas bases e a solidariedade resultante da luta anticolonial faz eco nas atividades realizadas por mulheres também no pós-independência. Trabalho realizado, como as angolanas costumam reforçar, “lado a lado” e em colaboração com os homens. Importante ressaltar que reconhecer a agência e o protagonismo dessas mulheres nas bases dos movimentos de libertação não significa negar que havia ali lutas e disputas entre grupos, entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, em função da posição social, do lugar de nascimento, da cor da pele, do grau de escolaridade, instrução e outras tensões invisibilizadas.<sup>96</sup> Selina Makana revela, por exemplo, que uma distinção comum entre a UNITA e o MPLA é que, enquanto o último encorajava as mulheres a se juntarem aos homens no combate, as lideranças políticas da UNITA não permitiam que as mulheres fossem à linha de frente. Segundo a investigadora, a UNITA só permitiu que as mulheres se juntassem às bases de suas unidades militares na década de 1980, o que significa que as angolanas recebiam treinamento, mas não eram autorizadas a ir à linha de frente. Isso, por si só, abre leque para muita discussão.

---

95 Isabel Casimiro, “Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora”, *Núcleo de Identidades de Gênero e Sexualidade*, p. 6 .

96 Selina Makana, “Motherhood as Activism in the Angolan People’s War, 1961–1975”, *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism*, v. 15, n. 2 (2017), 353-381 .

Além das hierarquizações e disputas entre grupos referidas acima, os assédios e as violações, assinalados nos depoimentos das ex-guerrilheiras, foram uma constante.<sup>97</sup> Em dezembro de 1964, em seu diário, Deolinda Rodrigues registra:

A fome, a insegurança e a situação, em geral, fazer descarrilar os nossos guerrilheiros cada vez mais reclamantes e exigentes. Coitados! O que me desgosta e revolta é a atitude sexual deles demais para com as mocinhas do povo: começam logo a apalpá-las. Parece que assim estão a mobilizar o povo ao contrário.<sup>98</sup>

Narrativas como as de Deolinda e outras, denunciadoras das violências inscritas nos corpos das mulheres em tempos de guerra, nos convidam à busca pela compreensão destes traumas, mesmo quando muitas preferem manter essas histórias privadas. Selina Makana ressalta que existe um consenso entre estudiosas feministas de que, quando as tensões de guerra aumentam, aumenta também a violência sexual. Segundo a autora, na maioria das vezes, a violência sexual, compreendida aqui como uma categoria mais ampla que envolve estupro, prostituição e gravidez forçadas, foi usada como uma estratégia de guerra, para causar destruição maciça e controle da população.<sup>99</sup> A apropriação do corpo de mulheres africanas para usufruto, por meio da brutalidade ou de desigualdades econômicas, foi reiteradas vezes utilizada como símbolo de opressão. Neste sentido, o estupro não pode ser interpretado apenas como efeito colateral da guerra, mas também, em muitos casos, como uma linha de frente destes combates armados.<sup>100</sup> De acordo com a investigadora, embora não existam dados quantitativos que demonstrem a magnitude das formas de violência sexual e de gênero dentro dos movimentos nacionalistas, o período da

---

97 Com base em narrativas de trauma, Makana aborda o tema minuciosamente no capítulo “What the Body Remembers: Traumatic Narratives of War and the Wounded Female Body as Witness”, em Shieunda Selina Makana, “The War Needed Women: Gender and Militarization in Angola, 1961-2002”, Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade da Califórnia, Berkeley, 2017.

98 Deolinda Rodrigues, *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda: Mayamba, 2017, p. 95.

99 Makana, “The War Needed Women”, p. 95.

100 Makana, “The War Needed Women”. p. 100.

luta armada testemunhou esses tipos de violência. É fato também que no pós-independência, principalmente no contexto da guerra fratricida entre os próprios angolanos, esses incidentes foram amplamente divulgados por diferentes organizações dos Direitos Humanos. O trauma invisível da violência sexual tem sido inerente à vida das mulheres angolanas.<sup>101</sup> As descrições ressaltam a relação entre masculinidade violenta, o controle das mulheres e a violação dos seus corpos.

Apesar de tratar do período da guerra civil angolana, momento posterior ao analisado nesta investigação, o livro de memórias de Florbela Catarina Malaquias, por exemplo, revela o nome de muitas vítimas, maioritariamente femininas, de situações de violência e tortura.<sup>102</sup> Na Jamba, uma das principais zonas político-militares da UNITA, mulheres e meninas angolanas foram sacrificadas sob o olhar de milhares de pessoas, sendo a própria autora uma das vítimas.<sup>103</sup> Malaquias denuncia situações de perseguições e coações impulsionadas por perversos sexuais, assim como casos de mortes provocadas por feminicídios. Era frequente punirem-se mulheres, revela: “as culpadas eram elas, as mulheres. E chamaram-nas bruxas”.<sup>104</sup> Florbela Malaquias discute inclusive as diferenciações sociais existentes nesta zona da UNITA entre as próprias mulheres. Revela que as mulheres dos oficiais tinham o privilégio de receber roupas de qualidade,<sup>105</sup> e que as mulheres mais estudadas, principalmente aquelas com o quinto ano do liceu do ensino colonial português, eram as mais procuradas, “porque os militares faziam das mulheres formadas seus troféus sexuais”.<sup>106</sup> Umas foram separadas dos maridos; outras, mães e filhas, estupradas, vítimas dos caprichos sexuais de muitos militares.

A autora denuncia o caso do “setembro vermelho”, em 7 de setembro de 1983, quando, segundo ela, “Savimbi perpetrara um femini-

---

101 Makana, “The War Needed Women”, pp. 100-101.

102 Florbela Catarina Malaquias, *Heroínas da dignidade*, Luanda: Book Link, 2019. p. 10.

103 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 14.

104 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 70.

105 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 80.

106 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 112.

cídio coletivo, queimando vivas mulheres por razões da sua condição de sexo feminino e por menosprezo e discriminação da condição de mulher”.<sup>107</sup> Outras fontes apontam como razão supostas práticas de feitiçaria que provocavam pânico e desencorajavam muito homens a seguir na linha de frente. Além de um certo desafio à autoridade do próprio Jonas Savimbi, também se supõe que houvesse outros motivos nas acusações que levaram às execuções, envolvendo ajustes de contas por razões variadas, tal como a cobiça à mulher alheia, ou pura vontade e capricho sexual. Segundo Malaquias, Jonas Savimbi, principal expoente e liderança da UNITA, nunca disfarçou o ódio que nutria pelas mulheres, e a circunstância de supremacia propiciada pela guerra colocava-o em uma condição de abuso de poder.<sup>108</sup> A autora menciona o caso de Eunice Sapassa, que fora presidente da LIMA, a organização feminina da UNITA, brutalmente assassinada por esquartejamento.<sup>109</sup> Além de Sapassa, cita Judith Bonga, Victória Chitata, Clara Miguel, Aurora Catalayo, Isabel Kalitangui, Maria da Piedade, Tita Malaquias, Xica Chingunji e outras que foram silenciadas e condenadas a todo tipo de privação.<sup>110</sup> Segundo a jornalista, “os crimes contra a humanidade não prescrevem, para quem, apesar da passagem do tempo, se possa realizar a justiça, assegurar a reparação e garantir a não repetição”.<sup>111</sup>

É óbvio que Deolinda Rodrigues, Selina Makana e Florbela Malaquias encontram-se em planos diferentes. Makana é pesquisadora e apresenta dados de sua própria investigação. As outras, Rodrigues e Malaquias, em circunstâncias diferenciadas, foram vítimas de abusos nos maquis, observaram situações de opressão e narraram suas experiências. Independentemente das guerras, com suas narrativas, chamo atenção para um problema pouco explorado na historiografia, como é o caso da violência sexual. Essas narrativas de trauma, de dor e humilhação têm

---

107 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 169.

108 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 169.

109 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 176.

110 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, pp. 139-146.

111 Malaquias, *Heroínas da dignidade*, p. 205.

impactos na memória nacional. Elas intervêm diretamente no curso dos eventos históricos aqui analisados e nos oferecem histórias alternativas às narrativas oficiais de guerra. Não são somente histórias silenciadas, esquecidas e apagadas por eventos históricos traumáticos como é o caso dos conflitos armados aqui analisados.

Mesmo diante desse quadro de traumas, violências e diferenciações sociais ali prevalecentes, as angolanas se dividiam conforme suas habilidades, havendo aquelas mulheres que, nas aldeias, assim como nas bases, cultivavam, depois pisavam a fuba e preparavam o alimento. Faziam trabalho agrícola. Havia aquelas que buscavam informação e falavam, umas com as outras, explicando a situação pela qual estavam passando. E havia aquelas que transportavam material e confeccionavam vestuário usando os “produtos da terra”. Isto é, as mulheres “contribuíam com aquilo que podiam”, por meio de arranjos cooperativos.<sup>112</sup>

Deolinda Rodrigues resume em seu diário suas experiências nas zonas de guerrilha da Segunda Região em Cabinda, no Centro de Instrução Revolucionária (CIR) da cidade congoleza de Dolisie e no acampamento Kalunga, em 1966:

Visitamos a lavra dos guerrilheiros (milho e mandioca) e da escola (mandioca, bananeiras, ananases). Um bom começo. Durante pelo menos um mês, mobilizamos as senhoras para os *trabalhos da revolução*: fazer kisaka pisada, fuba, lavras, ajudar os guerrilheiros, esclarecer-lhes politicamente... falta-lhes sabão... comem ervilhas... Não têm cigarros há várias semanas. Falta-lhes medicamentos. Que a OMA ajude regularmente com: 1) fuba, 2) farinha, 3) cigarros, 4) rebuçados, 5) compota. [...] Durante a tarde um avião português passou perto... Altas horas da noite ouvimos “disparos”. Avisamos ao professor: afinal só era barulho da queda de bambus. “Dormimos” sossegados.<sup>113</sup>

Como busquei demonstrar, também fazendo uso das palavras das mulheres angolanas, elas são parte do processo de luta anticolonial, entendendo-se e compreendendo-se a partir desse lugar, o que deixa entrever

---

112 Chihuahua, *Entrevista*.

113 Rodrigues, *Diário de um exílio se regresso*, p. 146.

que, na mecânica de guerra, elas fabricaram a si e à sua própria atuação, e com base nisso inseriam-se em um trabalho de luta anticolonial. É como resume uma das entrevistadas: “o despertar o interesse de ter as mulheres ao lado foi por conta das lutas feitas pelas próprias mulheres”.<sup>114</sup> Foi iniciativa autogestionada que, além de colaborar com o que intitulo de “economia anticolonial”, permitiu sobrevivências. Tal fato levanta questões de gênero a respeito da compreensão do lugar ocupado por essas mulheres na luta anticolonial, em especial como as diferentes formas de atuação feminina estiveram sujeitas a reinvenções e adaptações de estruturas sociais resultantes do contexto de guerra.

## **“Mulheres de armas”: “nós fazíamos a cobertura da retaguarda”**

Em teoria, e segundo a documentação acima discutida, os próprios movimentos de libertação apontavam a diversidade de atividades exercidas por mulheres na guerrilha, apesar do aspecto enclausurante e da naturalização da divisão sexual do trabalho. Com isso não tenho a intenção de tratar essa divisão como algo trivial, mas trazer à tona as experiências e formas de atuação possíveis de mulheres anônimas, como guerrilheiras, que não fazem parte dessa ideia de excepcionalidade feminina militar para participar na luta.

As mulheres aqui em cena não foram gerais, militares, soldadas, no sentido pleno do termo. Seus corpos não necessariamente conseguiram ou tiveram a oportunidade de ser adequados, pensando em uma disciplinarização militar, ou nas representações que as mulheres soldadas vão disputar; “as masculinidades sem homens e que são construídas em corpos de mulheres, ou seja, as masculinidades femininas”.<sup>115</sup> Contudo, partici-

---

114 Maria José Antônio Bulenvu, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

115 Margarida Paredes, *Combater duas vezes: mulheres na luta armada em Angola*, Lisboa: V/H, 2015, p. 390.

param, dando o que dispunham em potencial, executando os trabalhos da revolução. Isso implica pensar que houve formas alternativas de vivência da guerra por mulheres que depois não foram reconhecidas como guerrilheiras. Com essa observação busco asseverar a agência que conforma uma ideia muito específica da atuação dessas sujeitas, ainda que dentro de uma condição subordinadora, como foi o caso das angolanas que viviam no interior do país e tiveram suas vidas afetadas pela guerra anticolonial. Elas foram a base de apoio, a cobertura, das forças possíveis dos grupos armados de luta anticolonial, nas diferentes atividades que supostamente lhes caberiam na guerrilha. Assim, sustentaram uma economia de guerra, ainda que, em determinados momentos, já não houvesse o que cultivar devido aos ataques incessantes.

Olivia Tchindongo, capturada pelo MPLA em 1967 aos 16 anos, explica: “nós éramos guerrilheiras mesmo”, dando a entender que, embora sem preparo militar e uso de farda, isso não minorava a sua participação na guerra.<sup>116</sup> Já Cipriana Kauaa reclama: “eu trabalhei muito pela revolução, mas infelizmente não sou conhecida”.<sup>117</sup> Embora pertencesse a um movimento diferente, a depoente Guilhermina Tchiteculo, da UNITA, confirma: “nós fazíamos a cobertura da retaguarda porque muitas vezes é bom ir à frente com a retaguarda segura. E a retaguarda era nossa!”<sup>118</sup> referindo-se à atuação dessas mulheres e às tarefas militares que exerciam durante a guerra de libertação, inserindo-se em uma estrutura de guerra que era muito maior do que apenas a frente aberta de combate. Assim, afirmam-se também como sustentáculo da guerra, e compreendem o que faziam como uma atividade militar. Trata-se de um campo político ainda em disputa.

O documentário realizado pela Geração 80 e pela ATD, *Mulheres de armas*, lançado em outubro de 2019, já sinalizava para o debate que

---

116 Olivia Tchindongo, *Entrevista concedida a Margarida Paredes*, Luanda, 2010.

117 Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvulu, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

118 Guilhermina Tchiteculo, *Entrevista concedida à autora*, Luanda, 2019.

reflete sobre e a partir da experiência de mulheres anônimas.<sup>119</sup> Apesar de curto, o documentário traz à tona, por exemplo, na fala de mulheres, a busca de alternativas para manter o cotidiano, principalmente em vista da escassez do tempo para cultivar e trabalhar provocados pela guerra. Além disso, privilegia temas como a educação, a crença, a fé e a canção como armas de combate, descentrando atividades mais geralmente associadas à guerra e quebrando hierarquizações entre homens e mulheres, mas principalmente entre as próprias mulheres angolanas. A produção, em suma, corrobora a ideia de que a luta anticolonial se manteve não só com a presença de mulheres com armas, mas também de armas.

É óbvio que nas próprias bases existiam hierarquizações. As mulheres ditas “combatentes” tinham um estatuto social menor que o daquelas que usavam farda, portavam armas e vinham dos centros urbanos de Angola, e da clandestinidade. Não é novidade que as mulheres “de armas” não tiveram o estatuto de guerrilheira, embora tendo exercido atividades fundamentais, militares, na luta. Embora próximas das elites políticas nacionalistas, e cumprindo papel essencial na manutenção da cobertura da retaguarda, muitas dessas camponesas foram por estes desvalorizadas em termos culturais e políticos. Conforme assinala um documento da OMA, o trabalho agrícola era visto como uma atividade “limitada por falta de conhecimentos”, que não dava “provas da capacidade” das mulheres em outros ramos e áreas do conhecimento.<sup>120</sup>

Todavia, nas zonas militares, foram os saberes sobre o ambiente, o ciclo agrícola e a organização técnica e produtiva dessas mulheres que garantiram as sobrevivências e o posterior alastramento desses territórios. Havendo uma relação de ajuda mútua através de trocas e serviços entre os camponeses/as africanos/as e os movimentos de libertação. Mantinha-se ali relações de solidariedade de caráter econômico, racial, social, cultural, político e militar. Conforme expôs Marcelo Bittencourt, “o bom humor

---

119 Mulheres de Armas, Luanda: Geração 80; ATD, 2019 .

120 ATD, *Organização da Mulher Angolana, Seminário sobre a Formação Revolucionária. A evolução histórica da mulher nas sociedades*, Brazzaville, 10 out.-7 nov. 1965.

dos militantes, apesar das dificuldades e da consciência do que se estava enfrentando, criaria a expressão “zonas político-alimentares”.<sup>121</sup> Esse tipo de constatação não estava relacionado apenas à denominação das casas dos indivíduos que prestavam apoio aos militantes e suas famílias nos momentos de maior carência. A guerrilha atuava em áreas onde as possibilidades não eram muitas e, portanto, pequenas ações, como a realização de lavras para o movimento, ou em sua ausência, a escolha de plantas alimentícias, como uma forma de sobrevivência, ganhava consistência, dadas as limitações concretas dos espaços.

Selina Makana explica que essa falta de apreço pelas mulheres não fardadas que atuaram na luta de libertação contribuiu para o silenciamento das vozes e experiências das mulheres na história de Angola. Na perspectiva da pesquisadora, a invisibilidade das mulheres que exerceram outras tarefas militares “levou alguns estudiosos e ativistas a advogarem que mais mulheres entrassem no mundo do combate como uma avenida para o respeito igual”.<sup>122</sup> Além disso, a exclusão de mulheres da esfera militar acabou por relegá-las a papéis supostamente passivos. Makana considera os testemunhos das angolanas não apenas enquanto histórias de participação na luta anticolonial, mas também enquanto narrativas que expressam a agência de mulheres comuns, bem como o que perceberam dos seus papéis e atividades no corpo político do que depois veio a ser considerado uma nação.<sup>123</sup> A luta de libertação, portanto, ofereceu espaços para que mulheres comuns atuassem enquanto sujeitos políticos em diferentes lugares, protagonistas de sua própria história.

Neste artigo, busquei demonstrar o modo como elas fabricaram a si e sua atuação na guerra, entendendo-se como parte do processo de luta anticolonial – nesse cenário de guerra, retaguarda que serviu como escudo humano e base de apoio. Foi resistência social, com base em atividades próprias e uso do que existia no universo rural angolano em potencial como artifício militar. A sobrevivência, a autonomização de

---

121 Bittencourt, “Estamos juntos!”, p. 392.

122 Makana, “The War Needed Women”, p. 73.

123 Makana, “The War Needed Women”, pp. 26-27,

determinados grupos populacionais e o controle sobre os mecanismos de produção e reprodução econômico-social enquadram-se na caracterização desse universo rural, assim como a linhagem e a línguas, como fatores de identificação e criação de vínculos de solidariedade, relações e ligações sociais próximas. Durante a luta anticolonial, esse universo rural foi mobilizado, também, como lugar de trocas entre mundos culturais e políticos distintos.<sup>124</sup>

Como podemos perceber, foi grande o contingente de mulheres, anônimas, de diferentes níveis de instrução, idades, profissões e consciência política do seu papel que, exercendo funções em diferentes campos de atuação, comprometeram-se com o projeto de construir uma Angola independente do jugo colonial português.

## Conclusão

Este artigo enfocou experiências pouco exploradas na historiografia, em particular o papel de mulheres anônimas na realização dos trabalhos militares, agrícolas e manuais, no propósito de manter e sustentar as bases dos movimentos de libertação, e a guerrilha em si. Foi constatado que havia uma interdependência entre a legitimidade da autoridade dos movimentos de libertação e o trabalho exercido por essas mulheres, no interior das bases, e muitas vezes nas províncias de Angola, como forma de garantir o sucesso da luta. Quer devido ao trabalho forçado instituído pela colonização portuguesa, quer em vista da guerra, como consequência da ausência dos homens, povoados inteiros foram mantidos por mulheres, velhos e crianças. Vale lembrar que o trabalho de guerrilha inclui a atuação de civis armados, mas não se resumiu a isso. Reconhecer esse fato não significa tratar-se de “guerra desencarnada”, ou da imagem idealizada de uma guerra sem mortos, feridos, mutilados, estupros, deslocamentos incessantes, migrações forçadas e violências de toda ordem.

---

124 Sá, “A ruralidade na narrativa angolana do século XX”, p. 161.

Da luta anticolonial, não há informações credíveis sobre o número de mortos. Muitos documentos dos movimentos de libertação foram sequestrados e perdidos. Contudo, um trabalho de arquivo, empírico, no que foi preservado, quer nas fontes portuguesas, quer na documentação dos movimentos de libertação, poderia indicar censos – dados estatísticos mais apurados capazes de demonstrar os saldos da guerra. A ausência de um debate crítico sobre a violência – física e estrutural – na guerra de libertação, seus silêncios profundos, tem gerado “zonas cinzentas” na história do nacionalismo angolano.

Na guerra, a divisão sexual do trabalho não sofreu grandes alterações e os papéis sociais dessas mulheres enquanto mães, esposas, irmãs, filhas e trabalhadoras invisíveis foram reforçados. O incentivo às mulheres para ocuparem novos papéis, principalmente depois de 1974, mais no final da guerra, foi parte integrante da presença feminina no campo político e do discurso de emancipação paulatinamente elaborado pelas próprias angolanas, com base em suas experiências de luta. No percurso de guerra, muitas delas usaram o ambiente militar como forma de ascensão e empoderamento. Não foi o caso da maioria das mulheres anônimas, algumas delas camponesas, aqui em cena.

Pela natureza do seu trabalho, as atuações e experiências das mulheres camponesas tenderam a ser secundarizadas na guerrilha e nas narrativas de guerra. Não houve um repensar das atividades que elas exerceram na luta e sobretudo do acúmulo de tarefas para prover o universo guerrilheiro. Foram as mulheres angolanas anônimas, algumas delas camponesas, que aliaram o trabalho doméstico e de alimentação com as tarefas ligadas à luta de libertação. Tais facetas de atuação, em muitas vezes, próprias da vida da mulher rural, ligadas à execução de tarefas produtivas, tiveram importância econômica para a subsistência familiar, da comunidade e dos movimentos de libertação. Partindo destes lugares, identifiquei possibilidades de participação, em determinadas circunstâncias, nas atividades e decisões políticas importantes para a comunidade.

Diferentemente das mulheres militarizadas, que iam para a frente de combate, e subvertiam condutas morais e sociais dominantes,

tendo a arma como um forte marcador simbólico de empoderamento, essas mulheres faziam uso do lugar-comum para se resguardarem e se protegerem, mas não apenas a si; ofereciam toda uma estrutura de luta anticolonial, em sua cobertura e retaguarda, muito embora não tenha havido uma reconsideração de suas tarefas produtivas e reprodutivas, tarefas invisíveis que já ocupavam havia muito tempo e aumentavam o seu trabalho em tempos de guerrilha.

Por definição, levando em conta as tarefas agrícolas e militares que executavam e os perigos que corriam, refiro-me a estas mulheres na condição de guerrilheiras, independentemente do manejo de armas e do uso de fardamento de guerra. Tenho conhecimento da discussão em torno das diferenças entre o que depois passou a se denominar como “combatente”, “guerrilheira” e “mulher soldado”, principalmente no pós-independência. O conceito de combatente, de uso mais indiscriminado, refere-se a todo aquele que participou de alguma maneira de guerra. Já a ideia da guerrilheira está associada àquela que recebeu treino militar e sacrificou a sua vida em nome de uma causa justa, de arma na mão; enquanto a mulher-soldado seria aquela que entrou no lugar sagrado reservado ao homem, nas forças militares, em campos de treino, usando calças, e participou ativamente em combates, antes reservados exclusivamente aos homens. Em Angola, esses estatutos geram grande discussão, em decorrência do reconhecimento e recompensação no pós-independência. Em regra, nos primeiros anos de guerra de independência, suponho que os limites não estivessem assim tão definidos. As angolanas camponesas tomavam parte na luta como guerrilheiras-enfermeiras, guerrilheiras-professoras, guerrilheiras-agricultoras, guerrilheiras-costureiras e assim foram encorajadas pelos movimentos de libertação, inclusive em seus panfletos de propaganda, no incentivo de mães guerrilheiras a participarem na guerra.<sup>125</sup>

A ideia deste artigo foi, portanto, destacar a forma engenhosa de mulheres angolanas anônimas se afirmarem e destacarem, como sujeitas atuantes e participantes de uma luta que não se fez apenas com armas.

---

125 ATD, *Organização da Mulher Angolana, As mulheres angolanas*, 1965.

Com isso busquei escapar do discurso de vitimização dessas mulheres e da narrativa que privilegia seu sofrimento e sua inserção em desvantagem num macrocosmo masculino, ou mesmo um universo heroico de mulheres guerrilheiras armadas. Procurei focar, por meio de indícios diferenciados, no seu protagonismo e na sua atuação.

Meu argumento alicerçou-se no fato de que elas mantiveram uma “economia anticolonial”, trabalhando nas lavras dos movimentos de libertação, nas atividades de pequena escala (agrícolas, trocas, criação de animais, víveres) a buscar manter certa autonomia para a luta, independente da administração portuguesa. A essência guerrilheira foi camponesa. Era atividade costumeira dessas mulheres. As angolanas camponesas percebiam seu envolvimento como inerente à vida rural.

Elas se incluíram na guerra fazendo uso de suas atividades produtivas e reprodutivas. Não romperam com o discurso dos movimentos de libertação que, de certa forma, as excluiu de posições importantes, em vista do analfabetismo, mas se apropriaram dele, fundando, em seu interior, por meio das atividades que realizavam nas bases e guerrilha, suas próprias concepções de emancipação, segurança e liberdade. Em outras palavras, por meio de estratégias possíveis à época, usaram a guerra em seu benefício e para sua segurança. Contribuíram como sujeitos históricos presentes por meio dos trabalhos agrícolas que realizavam, o que para os limites sociais da época representava certa artimanha. Seus relatos de experiências indicaram diferenças de distintas ordens, sinalizando os traços da diversidade que caracteriza Angola.

---

*Recebido em 27 mar. 2023*

*Aprovado em 25 set. 2023*

---

doi: 10.9771/aa.v0i68.53543



Em Angola, nas narrativas sobre a guerra de independência, é corrente o reconhecimento de que mulheres comuns contribuíram na luta anticolonial, ressaltando-se as inúmeras atividades e tarefas desenvolvidas por essas mulheres na guerra de libertação nacional. Neste sentido, com base em depoimentos orais e fontes militares, este artigo acentua a atuação de mulheres, a partir dos trabalhos realizados nas zonas libertadas, em sua manutenção e sustentabilidade, e fora dessas zonas, em atuações específicas, nas diferentes províncias de Angola. Argumento que um conjunto de mulheres anônimas, muitas delas camponesas, mantiveram uma “economia anticolonial”, buscando manter certa autonomia para a luta, independente da administração portuguesa. Em vista disso, acredito que elas devem ser consideradas “guerrilheiras” e não apenas “combatentes”, de modo a colocar em questão a secundarização a que foram relegadas pela historiografia e pelas narrativas posteriores sobre a guerra de libertação.

Angola | Mulheres | Economia de guerra | Trabalho logístico | Atividades econômicas

**PROTECTING THE REAR GUARD:  
ANGOLAN WOMEN IN THE ANTI-COLONIAL STRUGGLE**

*In Angola, in the narratives about the war of independence, there is a common recognition that ordinary women contributed to the anti-colonial struggle, highlighting the countless activities and tasks carried out by these women in the war of national liberation. In this sense, based on oral testimonies and military sources, this article highlights the role of women, based on the work carried out in the liberated zones, in their maintenance and sustainability, and outside these zones, in specific actions, in the different provinces of Angola. I argue that a group of anonymous women, many of them peasants, maintained an “anti-colonial economy”, seeking to maintain a certain autonomy for the struggle, independent of the Portuguese administration. In view of this, I believe that they should be considered “guerrillas” and not just “combatants”, in order to call into question the secondary position to which they were relegated by historiography and by subsequent narratives about the war of liberation.*

Angola | Women | War economy | Logistical work | Economic activities